

A TERCEIRA FASE DO PLANO COLLOR

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Jornal do Brasil, 18/09/90 e
Folha de S. Paulo, 19/09/90

O Plano Collor teve uma primeira fase heterodoxa, baseada na retenção de ativos financeiros, no congelamento de preços e na prefixação de salários. A partir de 15 de maio, quando se verificou que a inflação crônica havia voltado e ameaçava sair fora de controle, começou a segunda fase, ortodoxa, caracterizada pelo abandono da prefixação, com a conseqüente redução dos salários dos que não logravam indexá-los, por uma política monetária mais rígida, e pelo atraso do câmbio e dos preços públicos. Esta segunda fase, que identifiquei em um artigo anterior (*Folha de S. Paulo*, 16/8/90), conseguiu evitar a explosão inflacionária mas não controlar a inflação, dado seu caráter fortemente indexado. A inflação estabilizou-se, chegou a cair ligeiramente em julho, mas em agosto e setembro voltou a apresentar tendência crescente.

Quando a inflação registrou queda em alguns índices, o governo chegou a prever sua gradual queda para próximo de zero. Na medida, entretanto, em que a inflação, como era previsível para quem conhece o seu caráter inercial no Brasil, voltou a crescer, o governo propôs novamente um pacto social, ao mesmo tempo que reafirmava sua intenção de manter firmes suas metas fiscais e monetárias, agora oficializadas através de uma carta de intenção ao FMI. Ao propor um pacto social, o governo claramente acena, novamente, para uma combinação de heterodoxia com ortodoxia, assinalando o provável início, após as eleições, da terceira fase do Plano Collor.

O Plano Collor teve sempre algumas metas e estratégias constantes: o ajustamento fiscal, a privatização, a liberalização comercial e a redução da dívida externa. São estratégias sobre as quais há um relativo consenso no país. Apenas setores radicais de esquerda se opõem à liberalização e à privatização, identificando-as com o neoliberalismo, enquanto outros setores de direita ou comprometidos com os bancos credores recusam um tratamento mais firme da dívida externa.

A combinação entre ortodoxia e heterodoxia, entretanto, é menos pacífica. Quando a segunda fase do plano apresentou seus primeiros resultados, os economistas

monetaristas de todos os tipos saudaram os resultados. O governo, graças à sua política monetária firme e ativa, teria logrado recuperar o controle dessa própria política, e agora a queda da inflação era uma mera questão de tempo e de firmeza do governo. Ao pensar desta forma, subestimava-se mais uma vez o caráter inercial da inflação brasileira. Além disso, caía-se no equívoco monetarista de imaginar que a política monetária é exógena, quando sabemos que mesmo nos países com moeda estável ela é basicamente endógena ou passiva. O controle dos agregados monetários efetivamente alcançado a partir de junho deveu-se muito menos a uma "rígida política monetária", e muito mais (1) ao êxito em produzir um superávit fiscal nas contas do Tesouro; (2) ao esgotamento das possibilidades de conversão de cruzados em cruzeiros, que haviam levado a um grande aumento de liquidez logo após 16 de março; e (3) à redução da demanda de moeda (ou seja, à desmonetização) provocada pela retomada da inflação.

A política ortodoxa ou convencional teve, entretanto, um grande mérito. Mostrou a determinação do governo em terminar com a inflação. Isto ficou especialmente claro em relação à política fiscal, que é a parte realmente importante das políticas convencionais. O Presidente, apoiando a Ministra da Economia, recusou todas as propostas de aumentos de gastos públicos em função de sua prioridade ao combate à inflação. Por outro lado, a política de não indexar os salários permitiu uma necessária redução dos salários do setor público - salários que haviam sido irresponsavelmente aumentados no final do último governo - e deixou claro aos líderes sindicais que o governo não cederia às suas demandas.

Esta atitude firme do governo não logrou reduzir a inflação, mas transformou-se em um argumento decisivo para que os líderes sindicais, particularmente os da CUT, participem de um acordo social. Nos casos anteriores em que se propôs um acordo social, a motivação oferecida aos trabalhadores era sempre a de acabar com a inflação que desgastava seus salários. Esta motivação poderia ser forte, mas não se mostrou suficiente. Agora, com esta política salarial, fiscal e monetária firmes, o governo deixou claro aos trabalhadores que, ou eles participam de um pacto, ou terão recessão e arrocho salarial. Da redução de salários escaparão os setores organizados da economia, que estão indexando seus salários, mas não escaparão os trabalhadores do setor público, inclusive o sindicalizado, e os trabalhadores dos setores privados não organizados.

Existem, portanto, agora, logo após as eleições de outubro, condições para um acordo social - acordo que é essencial para o controle definitivo da inflação e para que o governo possa atingir as metas propostas ao FMI. Este acordo social provavelmente preverá um novo e rápido congelamento, que desta vez deverá preocupar-se em ser neutro do ponto de vista distributivo. Nos termos do acordo, salários e lucros deverão ser contidos nos meses seguintes ao plano. As condições econômicas para esse acordo não são ideais, na medida em que nestes últimos meses, ao não indexar os salários, a taxa de câmbio e os preços públicos, o governo deixou aumentarem os desequilíbrios

dos preços relativos. Em compensação as condições políticas são muito boas, já que o governo deixou claro para a sociedade que, dada sua prioridade legítima em terminar com a inflação, ou teremos o pacto social, ou teremos forte e demorada recessão, provocando a quebra de muitas empresas, desemprego e queda ainda maior dos salários.